



## **“A Capital Revolucionária”: o Diário Mercantil de Juiz de Fora e a representação jornalística do papel da cidade no golpe militar <sup>1</sup>**

Paulo Roberto Figueira LEAL<sup>2</sup>

Gláucia da Silva MENDES<sup>3</sup>

Lívia FERNANDES<sup>4</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora - MG

### **Resumo**

Considerando que o jornalismo se expressa como construção social de significados sobre a realidade (e não como a reprodução do que a realidade essencialmente seria), o artigo objetiva identificar que representações o principal jornal de Juiz de Fora – o *Diário Mercantil* – fez do regime militar que em 1965 completava um ano. Foram analisadas as matérias políticas de todas as primeiras páginas do jornal naquele ano, buscando apontar os enquadramentos jornalísticos dados não só ao regime, mas ao próprio papel da cidade de Juiz de Fora no golpe militar.

### **Palavras-chave**

História do jornalismo; construção da notícia; representação; jornalismo político; golpe de 1964

### **1 – Introdução**

Em março de 1964, de Juiz de Fora partiram em direção ao Rio de Janeiro as tropas comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho que selaram o sucesso militar do golpe de estado que depôs o presidente João Goulart. Os dramáticos efeitos produzidos pela sublevação militar na recente história brasileira vêm, desde então, ocupando historiadores, cientistas sociais e pesquisadores dos mais variados campos. Se em 2008 parecem indiscutíveis e evidentes os equívocos políticos e econômicos, as transgressões e violências de todo tipo perpetradas pelo regime militar, como é que aquele novo poder era representado pela imprensa de Juiz de Fora logo em seu início – mais precisamente em 1965, no seu primeiro ano de consolidação?

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Jornalismo do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor do programa de mestrado e da graduação em Comunicação da UFJF. E-mail: pabeto.figueira@uol.com.br.

<sup>3</sup> Mestranda em Comunicação da UFJF. E-mail: gs\_mendes@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Mestranda em Comunicação da UFJF. E-mail: liviafoli@yahoo.com.br.



Para dar conta desta discussão, o presente trabalho se ocupará da análise da cobertura política do principal jornal de Juiz de Fora à época – o *Diário Mercantil*, pertencente ao grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Foram analisadas as primeiras páginas de 288 edições do jornal no ano de 1965 (quinze edições não foram incluídas porque não estavam disponíveis no acervo da biblioteca Murilo Mendes), na busca pela identificação das ênfases editoriais dadas pelo jornal ao regime recém-instituído – e, paralelamente, na busca da própria representação da cidade que emergia dos enquadramentos jornalísticos oferecidos pela cobertura política.

O *Diário Mercantil* tinha, naquele momento, grande tradição na cidade. Márcia Regina Gonçalves Andreola (1995) aponta que, ao nascer, em 23 de janeiro de 1912 (ele encerrou suas atividades em novembro de 1983), o periódico era um típico jornal político. Fundado por duas lideranças da região – Antônio Carlos de Andrada e João Penido Filho –, foi por anos o órgão oficial do Partido Republicano Mineiro. Em 1932, passou ao controle de Assis Chateaubriand.

Em 1941, sua edição vespertina se transformou no *Diário da Tarde* (voltado a um público mais popular), ficando o *DM* com uma edição matutina – o jornal circulava seis dias por semana, com a exceção das segundas-feiras. Desde sua incorporação aos *Associados*, redatores do Rio de Janeiro “deram novo impulso ao jornal” (AMERICANO; CATARGO; NAZARETH, 1985: 14) e, nos anos 60, inaugurou-se uma era de profundas transformações gráficas no jornal (MUSSE, 2006: 140; ANDREOLA, 1995: 17).

Se os anos 60 foram uma década de transformação do ponto de vista gráfico, quais foram as concepções editoriais do *DM* que ancoravam suas escolhas jornalísticas? Mais precisamente na cobertura política, de que modo o periódico construiu sua versão dos episódios seminais do primeiro ano do regime militar? Que ênfases, enfoques e enquadramentos ele utilizou? Para responder à questão, é necessário antes apontar quais são as teorias da notícia com as quais dialoga o presente trabalho, bem como quais são as decorrências dessas teorias para explicar como se pratica o jornalismo político.

## **2 – A construção social da notícia**

O jornalismo é capaz de reproduzir, em seus discursos, aquilo que a realidade é ontológica e essencialmente? A tradição construcionista opõe-se a esta visão da atividade jornalística como capaz de espelhar o mundo real, por diferentes motivos:

O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *mass media* noticiosos que devem “refletir” essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores. (TRAQUINA, 2005a, p. 168-169)

É importante ressaltar que o paradigma da notícia como construção não pressupõe a produção de um conteúdo ficcional. As notícias não são nele concebidas como uma criação arbitrária, regida pela livre imaginação do jornalista, mas sim como o resultado da escolha dos fatos e dos aspectos da realidade dignos de serem reportados, da saliência de determinadas informações em detrimento de outras, em suma, da aplicação de certas convenções narrativas que definem a forma como os acontecimentos chegam ao público.

A proeminência dos meios de comunicação na difusão de informações sobre a atualidade de um mundo de dimensões planetárias leva Wilson Gomes (2004) a afirmar que essas seleções e hierarquizações empreendidas pelo jornalismo acabam por definir a própria realidade: “(...) fora o que é imediatamente palpável, tangível, são consideradas ‘reais’ apenas coisas, acontecimentos, pessoas e relações que se oferecem a nós na compilação da atualidade midiática e/ou nos repertórios pelos quais tal atualidade invade o mundo da vida.” (GOMES, 2004, p. 326). O autor chega mesmo a sentenciar que, ao menos do ponto de vista cognitivo, a realidade e a atualidade midiática são coincidentes, “o real é o midiático e o midiático é o real” (GOMES, 2004, p. 326).

De acordo com a teoria estruturalista do jornalismo – vertente filiada à concepção construcionista da realidade –, as seleções e hierarquizações colocadas em prática pela atividade jornalística resultam de um processo social no qual estão envolvidos os seguintes fatores, que extrapolam os aspectos manifestos dos acontecimentos: a organização burocrática dos meios de comunicação; a cultura jornalística, da qual se destacam os valores-notícia; e o momento de “construção” da notícia, que envolve um processo de “identificação e contextualização” dos acontecimentos (TRAQUINA, 2005a).

No que diz respeito à organização burocrática dos meios de comunicação de massa, Mauro Wolf (1985) afirma que o processo informativo, em qualquer empresa



jornalística, é composto por ao menos três fases que dão lugar a certas rotinas produtivas e processos de trabalho comuns. São elas: a captação de materiais informativos, a seleção e a apresentação das notícias.

A necessidade jornalística de manter um fluxo constante e seguro de notícias conduz à formação de canais permanentes de captação de material informativo. O principal deles é o estabelecimento de fontes estáveis, dentre as quais assumem proeminência os detentores dos poderes político e econômico. Preponderância essa que, segundo Wolf (1985), traz como consequência a super-representação da área político-institucional nos noticiários produzidos pelos meios de comunicação de massa.

Similar situação é gerada por outro canal estável, a agenda de serviço, na qual são indicados eventos de ocorrência prevista que, pelo seu interesse público, devem ser cobertos pela mídia: são os órgãos político-institucionais que melhor dispõem de condições para gerar fatos de impacto público previsíveis e levá-los ao conhecimento da mídia com a antecedência necessária para serem agendados.

É importante frisar que não há uma simples razão manipulatória por trás da replicação das estruturas sociais de poder no noticiário dos *media* informativos. Wolf (1985) lembra que, dentre outras questões, o ritmo de trabalho jornalístico, marcado pela luta diária contra o relógio, e imperativos profissionais como as exigências de credibilidade e imparcialidade também contribuem para a baixa utilização de “fontes não-confirmadas”.

Fazer tal ressalva, contudo, não implica descurar das implicações dessa estruturação dos noticiários. Em nome dela não se pode ocultar o fato de que o domínio dos detentores dos poderes econômico e político como fontes informativas conduz à reprodução das “definições dos poderosos” (HALL et al., 1993).

De acordo com Stuart Hall et al. (1993), esse fenômeno decorre de um papel secundário desempenhado pelos meios de comunicação na construção das notícias. Para os autores, os *primary definers* (definidores primários), responsáveis pelo tom e pelos limites dos assuntos colocados em pauta pelos noticiários, são as fontes informativas e não os veículos. Aos últimos, cabe um papel secundário que, em certos casos, se traduz na reprodução das primeiras definições.

Os autores acrescentam que, uma vez realizada a definição primária, o assunto em questão será sempre tratado dentro dos limites por ela impostos:

Efetivamente, a definição primária *estabelece o limite* de todas as discussões subseqüentes através do seu *enquadramento do problema*. Este enquadramento inicial fornece então os critérios segundo os quais todas as contribuições subseqüentes são rotuladas de “relevantes” para o debate ou “irrelevantes” – fora de questão. As contribuições que se afastam deste enquadramento são acusadas de “não tratarem da questão” (HALL et al., 1993, p.230, grifo do autor).

A segunda fase elencada por Wolf (1985), a seleção de notícias, caracteriza-se pela triagem e organização do material que chega à redação. Outro aspecto peculiar a essa etapa é o fato de ela estar presente em todo o processo informativo, não sendo correto, portanto, vislumbrá-la como um momento isolado: “(...) é necessário vê-la [a seleção de notícias] como um processo complexo, que se desenrola ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado a instâncias diferentes – desde as fontes até o simples redator (...)” (WOLF, 1985, p. 216).

Ao longo de toda essa cadeia seletiva, intervém outro fator decisivo na construção de uma notícia: a cultura jornalística. Conforme expõe Traquina (2005b), a profissionalização da atividade jornalística conduziu à formação de uma comunidade guiada por valores e interesses próprios e composta por elementos culturais que fornecem um modo específico de ser/estar, agir, falar e, principalmente, de ver o mundo. Isto implica dizer que os jornalistas se afirmam como membros de uma “comunidade interpretativa” que adota “óculos particulares” (BOURDIEU, 1997 *apud* TRAQUINA, 2005b, p. 77) para compreender o mundo.

Um dos elementos centrais dessa cultura jornalística são os critérios de noticiabilidade, também conhecidos como valores-notícia:

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em material noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”). (TRAQUINA, 2005b, p. 63)

Os valores-notícia referem-se a uma série de avaliações acerca dos acontecimentos e das qualidades do produto informativo final realizadas pelos jornalistas ao longo de todo o processo de produção noticiosa. Trata-se, portanto, de critérios que presidem não só a seleção dos acontecimentos e aspectos destes passíveis



de serem noticiados – os valores-notícia de seleção -, como também a apresentação dos fatos jornalísticos – os valores-notícia de construção.

Como indica Franciscato (2005), os valores-notícia consistem em uma rotina na qual novidade e continuidade encontram-se imbricados. Isto porque o trabalho jornalístico de identificar e apresentar o “novo”, o atual, é regido por padrões estáveis e previsíveis de determinação dos eventos passíveis de serem noticiados.

Dentre os procedimentos englobados pela fase de apresentação das notícias, Wolf (1985) destaca a transformação do acontecimento em uma narrativa e o *highlighting*. O primeiro consiste na conversão dos acontecimentos em histórias com princípio, meio e fim; já o segundo, caracteriza-se pela seleção dos aspectos salientes dos fenômenos do mundo real e a conseqüente anulação de tudo que é previsível. Ambos ocorrem de forma coordenada e concorrem para a formatação final dos fatos que chegam a conhecimento público.

Além dessas ações, outras que fazem parte da construção noticiosa são a identificação e a contextualização dos acontecimentos. É nesses momentos que ocorrem a designação dos fatos, o relacionamento destes com outros acontecimentos e a sua inserção em um quadro de significação familiar ao público; em outras palavras, a transformação dos acontecimentos em assuntos significativos (HALL et al., 1993).

### **3 – Mídia, política e valores ideológicos**

Todo esse processo de construção noticiosa encontra-se permeado por valores ideológicos hegemônicos. É o que demonstra Traquina (2005b), por exemplo, ao evocar John Hartley (1982), Stuart Hall (1994) e Daniel Hallin (1986) em sua explanação sobre os valores-notícia.

Sintetizando e associando as idéias desses autores apresentadas por Traquina, pode-se afirmar que os valores-notícia são um código ideológico por trás dos quais encontram-se noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade, que ajudam a marcar as fronteiras entre o “normal” e o “desvio”. Por intermédio desses valores de consenso, os *media*, por exemplo, “(...) desempenham o papel de expor, condenar ou excluir da agenda pública os que violam ou desafiam os valores de consenso, e apóiam a distinção consensual entre atividade política legítima e ilegítima.” (HALLIN, 1986 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 87-88).

Também Hall et al. (1993) evidenciam essa situação, ao afirmarem que o processo de atribuição de sentido aos acontecimentos é mediado por “mapas de significado”, conjuntos de referência culturais que, por incorporar e refletir valores comuns, formam a base de uma sociedade. Segundo os autores, ao se respaldarem nesses “mapas de significado”, os meios de comunicação reforçam e ajudam a consolidar a sociedade como um consenso.

Do ponto de vista cultural mais amplo, tal fenômeno é vislumbrado como algo essencial, dado que a comunicação e as relações sociais só são possíveis quando há o compartilhamento de um mesmo repertório simbólico. No entanto, os autores salientam que esse fato cultural básico tem sido elevado a um nível ideológico extremo. Por intermédio dele, os meios de comunicação têm ajudado a difundir uma única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida pela cultura ou “sistema central de valores”. E isto produz conseqüências políticas importantes.

Os pontos de vista “consensuais” da sociedade representam-na como se não existissem importantes rupturas culturais ou econômicas, nem importantes conflitos de interesses entre classes e grupos. Se existirem algumas divergências, diz-se, existirão meios legítimos e institucionalizados para as expressar e reconciliar. O “mercado livre” em opiniões e nos *media* pressupõe a garantia da reconciliação de descontinuidades culturais, entre um grupo e outro. As instituições políticas – parlamento, o sistema bipartidário, a representação política – são supostos garantir igual acesso ao processo de tomada de decisões para todos os grupos. Supõe-se que o desenvolvimento de uma economia de consumo tenha criado as condições econômicas para todos terem a sua parte na criação e distribuição da riqueza. A Lei protege-nos a todos igualmente. Esta perspectiva de consenso da sociedade é particularmente forte em sociedades capitalistas organizadas, democráticas e modernas; e os *media* estão entre as instituições cujas práticas estão mais ampla e consistentemente baseadas na assunção de um “consenso nacional”. (HALL et. al., 1993, p. 227)

Em função dessa autonomia do jornalismo, em relação à área política, na definição dos valores ideológicos subjacentes aos discursos midiáticos, pode-se afirmar que o jornalismo político contemporâneo encontra-se relacionado ao terceiro modelo de interseção entre mídia e política definido por Gomes (2004). Nesta tipologia, o primeiro modelo é marcado pelo predomínio da imprensa de opinião, a comunicação é tida como um elemento do universo político e, enquanto tal, está totalmente voltada à discussão pública de assuntos desta esfera.

No segundo, embora se verifique a diversificação das instituições comunicacionais - com o surgimento do rádio, do cinema e da televisão -, ainda persiste a visão instrumental dos meios massivos: estes são vistos simplesmente como aparelhos

para a difusão, na sociedade, de mensagens produzidas pela arena política. Por fim, o terceiro caracteriza-se pelo desenvolvimento da mídia empresarial, movimento que conduziu à formação de campos sociais de natureza comunicacional independentes da esfera política.

Partindo do conceito de campo como um sistema social no qual as relações entre seus membros são orientadas principalmente pelo objetivo de conquistar prestígio e posições privilegiadas, a partir da acumulação de capital simbólico, o autor define da seguinte forma a atividade jornalística praticada no terceiro desses modelos:

(...) o jornalismo é um sistema social e os jornalistas são agentes ocupando posições diferenciadas, buscando em lutas concorrenciais internas acumular o capital simbólico que o campo distribui, deixando com que preocupações com reputação e prestígio jornalísticos orientem suas escolhas, dirijam suas atitudes e constituam seus valores. (...) Onde só se via um meio, constituiu-se agora uma instituição social, com valores, regras de funcionamento, definições sobre a sua própria natureza, hierarquias, conhecimento acumulado, discurso de autolegitimação social e deontologia específica. De forma que esses “meios”, a esse ponto, não dependem da política para seu sustento, são economicamente orientados pela relação com outras esferas (anunciantes, consumidores e audiência), e consideram os seus princípios e valores imanentes mais importantes do que o atendimento das demandas e do interesse de outras esferas. (GOMES, 2004, p. 57)

Por conseguinte, o universo político apresenta-se, hoje, destituído da autonomia de outrora e vê-se obrigado a interagir com um campo regido por regras próprias, enfrentando as resistências por ele impostas e tendo, por vezes, que se dobrar aos interesses das empresas ou dos ambientes profissionais do jornalismo para obter visibilidade na esfera pública.

Luís Felipe Miguel (2002) salienta que essa relação não deve ser compreendida como o domínio de um campo sobre o outro, mais sim como um processo constante de negociação, no qual ora a política precisa submeter seus interesses aos do jornalismo, ora ela os consegue impor.

Do reconhecimento do influxo da mídia sobre o campo político não se desprende a dominação da política pelos meios de comunicação. Os efeitos da mídia são variados, de acordo com as situações específicas em que se inserem, e sofrem a ação de contratendências e resistências. Há um processo permanentemente tensionado de embate entre as lógicas do campo midiático e do campo político, que necessita ser observado em detalhe e dentro de sua complexidade. (MIGUEL, 2002, p. 181)



Tendo, portanto, a hipótese construcionista de notícia (e suas implicações nas relações entre comunicação e política) como pano de fundo, busca-se a seguir apontar quais foram as construções discursivas do principal jornal de Juiz de Fora nos anos 60 – o *Diário Mercantil* – sobre o primeiro ano do regime instituído com o golpe militar e sobre a representação da cidade de Juiz de Fora a ele associada.

#### **4 – A cobertura do *Diário Mercantil* sobre o regime militar em 1965**

Das 288 capas do *DM* analisadas em 1965 (primeiro ano iniciado sob a égide do novo regime), todas traziam a mesma estrutura gráfica fundamental: uma manchete em caixa alta e letras grandes. A manchete destacada pelo jornal ocupava a parte superior da primeira página, abaixo somente do nome do periódico.

Em relação às temáticas, a que ganhou mais destaque em 1965 foi a política nacional (59,3% das manchetes principais, contra 8% de manchetes sobre política local; 6,25% de matérias sobre política estadual; 6,59% sobre economia nacional; 3,2% sobre matérias internacionais; 3,1% sobre economia local; 2% sobre as questões da vida na cidade; 1,7% sobre o país; e 0,34% sobre esportes).

As muitas mudanças impostas ao país depois do golpe militar de 1964 e os atos do novo regime acabaram dominando o noticiário. Ou seja, especificamente das matérias sobre política, 80,5% das manchetes durante o ano de 1965 trataram de questões de política nacional. Quase a totalidade das fontes estáveis consultadas estava associada ao novo regime - reafirmando a tese de Wolf (1985), para quem a procura por fontes oficiais acaba por produzir super-representação da área político-institucional. O conteúdo geral destas matérias do *DM* ainda refletia alta imprecisão textual e facciosismo, manifestados na explicitação sistemática de juízos de valor.

Exemplares dessa abordagem marcada pela incorporação de juízos de valor foram títulos como “O 34º aniversário da fundação dos Correios Aéreo Nacional ressaltado ontem em discurso do Presidente da República” (13 e 14/06) ou “Castelo Branco declarou aos jornalistas em Belo Horizonte que as reformas estão sendo realizadas em ambiente de calma” (02/04). A adjetivação continuava a vicejar nos textos sobre política do *DM*: “Vitória da democracia e da opinião pública do país” (24/03); “A capital revolucionária viveu o 1º aniversário do movimento redentor” (01/04)

O jornal, durante todo o ano, demonstrou alinhamento sistemático ao regime militar recém-instalado. Como observou o jornalista Wilson Cid em entrevista a Christina Ferraz Musse (2006:145), o *DM* dava amplo espaço para matérias de interesse da ditadura (segundo ele, setores importantes da administração da empresa eram próximos dos militares ou de partidos e entidades de direita). É sintomático o uso da expressão “Capital Revolucionária” (1/4) para designar Juiz de Fora, já que da cidade partiram as tropas rumo ao Rio de Janeiro em 1964, dando início efetivo ao golpe militar:

A capital revolucionária viveu o primeiro aniversário do movimento redentor: Juiz de Fora viveu de uma maneira eloqüente a comemoração do 1º aniversário da revolução democrática. Apesar de dia útil, com comércio e indústria funcionando normalmente, uma grande multidão saiu às ruas para realizar ainda mais os festejos que contaram com a presença das mais expressivas autoridades civis, militares e eclesiásticas, inclusive do General Olímpio Mourão Filho, principal baluarte do movimento Redentor de 31 de março de 1964. A programação extensiva e bem organizada foi desenvolvida normalmente e contou com o prestígio maciço da população, que manifestou, assim, uma vez mais, o seu decidido apoio ao Movimento que livrou o Brasil das garras do Comunismo e da corrupção. (*DM*, p. 1, 01/04/65)

O segundo semestre teve amplo predomínio da cobertura de política nacional (nesse período, o “Informativo local” e a coluna “Câmara Municipal” quase não apareceram na primeira página - nos meses de novembro e dezembro, por exemplo, não houve a presença dessas colunas na capa). Temas como a volta de Juscelino ao Brasil, as primeiras eleições depois do golpe, os Atos Institucionais e a organização da Arena ganharam destaque nas edições do *DM*.

Nesse período, alguns títulos chegaram a se tornar dignos de nota pelo conjunto de preconceitos emitidos: “O Próprio Miguel Arraes confirma sua posição de comprometimento com o credo Comunista” (15/08); “Subversivos vitoriosos nas urnas não tomarão posse” (18/8); “Agitadores terão que deixar o povo trabalhar pois serão contidos em sua sanha subversiva” (23/11).

Foi no primeiro semestre do ano que as matérias sobre política local apareceram com maior incidência na primeira página. Eram em média 11 matérias de política local por mês destacadas na capa. Essas matérias em sua maioria apareceram logo abaixo da manchete principal, ou no canto superior direito. Nesse período do ano, o jornal trazia também quase todos os dias o “Informativo local” (na coluna “Notícias em resumo”).

Na coluna, apesar do nome, nem sempre os temas tratados eram locais e nem sempre discutiam questões políticas, como pode ser ilustrado pelo conteúdo da edição de 1º de janeiro: uma nota sobre escritora juizforana indicada para um prêmio literário francês; outra sobre publicação no Diário Oficial do Estado de artigo da lei que interessaria a professoras primárias desviadas de função; a realização do festival Greta Garbo em cinemas de Juiz de Fora; notícia sobre a lotação de hotéis ou pensões “de qualquer categoria” na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, efetivamente nenhuma nota sobre política local.

Quando a cobertura realmente envolvia personagens locais, com frequência o assunto era também relacionado à política nacional. É o caso da matéria publicada no dia 6 de janeiro sobre processos contra político juizforano de oposição ao regime militar.

*Riani foi ao Rio para responder a outro processo* - Em contato com autoridades do Exército e policiais, o Diário Mercantil confirmou parte de boatos surgidos ontem: o ex-presidente da GTC e ex-deputado estadual Cleudsmith Riani, que aguarda preso, julgamento por corrupção e subversão, foi levado, naquele dia, para o Estado da Guanabara, a fim de ser ouvido numa vara criminal carioca. Os boatos diziam que o Exército realizara prisões ou procedia à remoção de presos. Na realidade, não houve prisões. Apenas a transferência curta de Riani, que se constituiu num dos pontos-chaves do depósito João Goulart, para o Rio de Janeiro. Já na noite de ontem Riani retornara a Juiz de Fora. (DM, p. 1, 06/01/65)

A coluna “Câmara Municipal”, quando publicada na primeira página, ocupava o canto direito inferior. Seu conteúdo era um resumo das atividades dos vereadores – mais uma vez numa cobertura burocrática e marcada pela apresentação explícita das preferências do jornal (vide, no dia 18/2, o texto “há dias, o vereador Rodinel Pimenta Brasiel, que se preocupa com a carência de habitações para os trabalhos no município, enviou por intermédio da Câmara uma sugestão ao presidente do Banco Nacional de Habitação visando à instalação de uma Agência ou departamento daquele órgão federal aqui”).

Os juízos de valor abundam nos textos supostamente noticiosos, como exemplifica texto do dia 3/2:

*Departamento de turismo em JF existe apenas para dar emprego* - Vai mal o Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal. O seu começo pelo que estamos observando, não o recomenda em nada, pois até agora desperdiçou as oportunidades que desfrutou para intervir em favor do progresso de Juiz de Fora. (DM, p. 1, 03/02/65)

A pouco delineada fronteira entre jornalismo e opinião marcava a cobertura política do *Diário Mercantil* em 1965. Na semana do Exército, o jornal publicou, desassociadas de qualquer remissão a algum outro conteúdo jornalístico, frases de apoio às Forças Armadas: “A 31 de março, Juiz de Fora e seu Exército, Unidos, salvaram a Nação” (21/08); “O Exército Brasileiro tem estado sempre identificado com o povo: é ele uma parcela desse povo” (22/8); “Exposição sobre a vida do soldado: Parque Halfeld” (24/8).

Sintomática da adesão incondicional ao novo regime foi a cobertura dos dias 3 e 4 de janeiro, na qual o jornal publicou um resumo com os principais acontecimentos de 1964, com foto destacada do General Mourão Filho, acompanhada da legenda:

O Brasil inteiro foi sacudido com as decisões de um valoroso militar, às 17h do dia 31 de março (e não 1º de abril como muitos jornalistas insistem no registro histórico) que na sua proclamação, disse CHEGA, à comunização que tomara conta do país. Após a assinatura da proclamação (foto) e lendo-a p/ que o mundo conhecesse os verdadeiros brasileiros, as tropas de Minas Gerais, contra todos os riscos, partiam rumo à Guanabara. Horas depois, o general Mourão Filho entrou no Rio. Na verdade, o sr. João Goulart não mais comandara o Brasil naquele instante. (*DM*, p. 1, 03/04/65)

Outras duas fotos - do Governador Magalhães Pinto e do deputado João Calmon – eram também destacadas nessa mesma primeira página. A legenda associada ao deputado era denotativa da mistura entre informação e opinião, numa escrita recheada de posições subjetivas:

Cidadão Honorário de Juiz de Fora é o primeiro brasileiro a desafiar a oligarquia que imperava no país enfrentando o “desabusado” cunhado do Presidente. A luta que o deputado Calmon travou em defesa da democracia teve o extraordinário mérito de ter sido movida numa fase inquietante colocando-o sobre a mira dos extremados que assessoravam o presidente deposto. Sua luta precedeu aos acontecimentos que eclodiram no dia 31 de março. João Calmon acompanhou – liderando a maior organização jornalística da América Latina – a vitoriosa marcha do exército comandado por Mourão Filho e sentiu, cristalizado, seu ideal democrático. (*DM*, p. 1, 03/04/65)

Enfim, a cobertura política do *DM* em 1965 se caracterizava por dois traços: associação entre conteúdo jornalístico e opinião (principalmente na defesa do golpe e do regime militar) e pouca ênfase em questões locais. A prevalência de temas políticos nacionais – e, conseqüentemente, escassa participação de temas locais – pode ser demonstrada até pelas opções editoriais no uso da fotografia: apesar de, em média, o jornal publicar em 1965 duas fotos diárias na primeira página, as fotografias referentes à política local representaram apenas 7,9% do total, menos do que as fotografias de

pontos turísticos, carnaval e eventos culturais realizados no Rio de Janeiro - 9% do total publicado.

## 5- Considerações finais

Em 1965, a cobertura política do *Diário Mercantil* se caracterizava pela permanente associação do conteúdo jornalístico à opinião explícita – inclusive com soluções textuais visivelmente bajulatórias ao recém-instalado regime militar. Nesse período, Juiz de Fora era tratada como a “Capital Revolucionária”, ao mesmo tempo em que a cobertura política local era negligenciada nas escolhas editoriais do jornal.

Se são as seleções e hierarquizações produzidas pela atividade jornalística que configuram a construção social da realidade, é possível afirmar que, em certo sentido, a política local foi “escondida” pelo *DM* (é indicativo o fato de fotografias referentes à política local representarem apenas 7,9% do total de fotos publicadas na primeira página, contra 9% de fotografias de pontos turísticos, carnaval e eventos culturais realizados no Rio de Janeiro). Mesmo quando revelada, a política local se apresentava a partir de escolhas textuais e editoriais baseadas em fórmulas explicitamente adjetivantes, claramente distantes do modelo que já vicejava em grandes jornais do país.

É óbvio que esta presença residual de cobertura local pode também ser consequência de questões identitárias em Juiz de Fora. Como observa Christina Ferraz Musse (2006), a identidade juizforana é marcada por uma construção simbólica *fronteiriça*:

Estar em Minas, mas não se sentir exatamente um mineiro, é um sentimento experimentado pelo poeta Affonso Romano de Sant’Anna, ao falar de Juiz de Fora, a cidade aonde viveu, dos três aos vinte anos. “E a gente achava Minas distante. Juiz de Fora só virou Minas depois que JK abriu a estrada nova para Belo Horizonte”. Juiz de Fora não se identifica com o perfil de “mineiridade” (...) (Musse, 2006: 24)

Mas é preciso incluir outros determinantes na consideração do fenômeno. O relativo atraso na incorporação, pelo principal jornal de Juiz de Fora, das novas concepções de jornalismo que o país adotava pode também ser consequência de variáveis institucionais. Como observa Andreola (1995), em tese reforçada por Musse (2006),

Somente em 1961, com a chegada da Universidade Federal de Juiz de Fora, a redação do *Diário Mercantil* começa a passar por uma grande transformação, o



jornal passa a contar com profissionais formados em Jornalismo. Chega o tempo da exigência do jornalista com título superior. Em 1969 começa a se exigir o diploma do profissional. A chegada da Universidade é um dos divisores da história do Mercantil. A partir daí, muita coisa se modificou. Teve início o processo de contratação do pessoal que saía da Universidade, mudando assim, a “cara” da redação. (Andreola, 1995:16)

Ou seja, o fato de que o *Diário Mercantil* tenha apresentado em 1965 a incorporação de uma concepção textual distante do novo modelo de jornalismo que se consolidava nos grandes centros talvez se deva ao fato de que, exatamente nesse período, estava se iniciando o processo de profissionalização da redação (além, é óbvio, das relações de dependência econômica e política do periódico frente ao regime militar).

Com isso, fica sugerida uma agenda de estudos que indique de que modo o ciclo posterior (a partir da segunda metade dos anos 60) abordou as coberturas jornalísticas das políticas nacional e local – e de que modo tanto o regime militar quanto a própria cidade foram representados. Para tanto, isso implica analisar eventuais mudanças na cultura jornalística dos profissionais de imprensa de Juiz de Fora (BOURDIEU, 1997 *apud* TRAQUINA, 2005b) e o grau de consolidação do jornalismo como campo com relativa autonomia (MIGUEL, 2002; GOMES, 2004).

## 6 - Referências

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil – jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMERICANO, Álvaro; CAMARGO, José; NAZARETH, Sylvio. **O jornalismo impresso em Juiz de Fora – histórias e propostas**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985.

ANDREOLA, Márcia Regina Gonçalves. **Diário Mercantil – um marco no jornalismo de Juiz de Fora**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1995.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: Traquina, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Veja, 1993.

LOPES, Josiane; BARROS, Levindo. **Jornalismo político em Juiz de Fora – uma tentativa de compreensão**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1983.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova**, n. 55-56, 2002, p. 155-184



MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística. Florianópolis: Insular, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 4. ed. Lisboa: Presença, 1985.